

## **A PROGRESSÃO REFERENCIAL – MARCAS DO PROCESSO COGNITIVO NO ARTIGO DE OPINIÃO**

LUCIENE EUZÉBIO DE CARVALHO (PUC- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO).

### **Resumo**

Este trabalho constitui um quadro teórico metodológico com base nas Linguísticas Textual e Cognitiva, na Análise do Discurso e na Lexicologia para apontar os aspectos que se sobressaem nas estratégias discursivas da progressão referencial constituídas a partir da (re)construção, modificação ou expansão do objeto de discurso à medida em que o mesmo progride. Destaca-se o processo de referenciação envolvido na discursivização do gênero artigo de opinião no qual se observa a produção de efeitos de sentidos propiciados pela seleção do léxico. Essa seleção estabelece relações entre a referenciação e os processos mentais em que atuam os interactantes acerca do processamento do discurso orientado pelas proposições que explicitam os marcos das cognições sociais. Dessa forma, entende-se que apenas os velhos ensinamentos concernentes ao aprimoramento dos conhecimentos gramaticais da língua não dão conta da complexidade envolvida no processamento do texto. Assim, os conhecimentos linguísticos são inerentes ao processo, uma vez que trata do ensino de língua e esta está estruturada no código. Leva-se em consideração não só as características linguísticas, como também as características textuais que incorporam noções de estratégias discursivas e conjecturas que abarcam o uso da língua em diferentes situações sociais, ressaltando, ainda, os aspectos cognitivos, pragmáticos, interacionais, culturais e ideológicos.

### **Palavras-chave:**

referenciação, cognição, léxico.

**RESUMO:** *O presente artigo tem o propósito de abordar a concepção da progressão referencial, com vistas a apontar aspectos que se sobressaem nas estratégias discursivas da progressão referencial constituídas a partir da (re)construção, modificação ou expansão do objeto de discurso à medida em que este progride e seu funcionamento e finalidade dentro do texto artigo de opinião. Para esse propósito verificam-se as marcas cognitivas e estudam-se as anáforas e seu papel na construção do sentido do texto a partir da análise de um exemplo. Este estudo constitui um quadro teórico metodológico baseado nas Linguísticas Textual e Cognitiva, na Análise do Discurso e na Lexicologia. PALAVRAS-CHAVE: cognição, progressão referencial, anáforas.*

**Considerações Iniciais** O Estruturalismo, certamente, colaborou para os avanços dos estudos lingüísticos. Por outro lado concebeu a língua como um sistema limitado a estruturas responsáveis pela codificação e decodificação de signos. Nessa perspectiva, a compreensão pode ser alcançada por qualquer leitor conhecedor do código, sem considerar a intenção do autor ou a consciência do leitor, apenas a submissão ao sistema de regras. Embora os processos lingüísticos sejam indispensáveis para a compreensão textual, no processamento das informações aprecia-se não apenas a língua estruturada no código, mas também as características textuais que incorporam noções de estratégias discursivas e conjecturas que abarcam o uso da língua em diferentes situações sociais

ressaltando-se os aspectos cognitivos, pragmáticos, interacionais, culturais e ideológicos.

A organização e a aplicação do conhecimento na compreensão do discurso têm proporcionado uma constante inquietação para estudiosos do texto, além de propor desafios para os professores em exercício. Isso explica o

surgimento de inúmeras teorias que buscam elucidar a questão e auxiliar no processo de ensino/aprendizagem da leitura.

Estudos já afirmam que estabelecer significado entre palavras e sentenças numa seqüência textual não é suficiente para que o aluno/leitor se aproprie da competência leitora e se torne proficiente em processar/compreender textos. A compreensão não está condicionada apenas pelas relações conceituais, mas pelas relações referenciais que estabelecem paridade com os processos mentais em que atuam os interactantes acerca do processamento do discurso orientado por proposições que explicitam o marco das cognições sociais.

Com base nestas informações, o presente trabalho constitui um quadro teórico metodológico com base nas Linguísticas Textual e Cognitiva, na Análise do Discurso e na Lexicologia e procura incorporar avanços nos estudos destas disciplinas para apontar aspectos que se sobressaem nas estratégias discursivas da progressão referencial constituídas a partir da (re)construção, modificação ou expansão do objeto de discurso à medida em que este progride. Destaca-se a discursivização do gênero artigo de opinião, no qual se observa a produção de efeitos de sentido propiciados pela seleção do léxico, cuja implicação está administrada por estruturas cognitivas.

Ora, se o léxico é administrado por estruturas cognitivas que condicionam as escolhas lingüísticas, de que maneira a progressão referencial (re)constrói, modifica ou expande o objeto de discurso no texto? Vejamos como responder a esse problema de pesquisa.

## **I - As escolhas lingüísticas e a configuração do objeto de discurso**

Segundo Blikstein (2004), o referente está diretamente ligado à significação lingüística, embora não seja a realidade, ele a representa extralinguisticamente, ou seja, o referente ou objeto de discurso é

compreendido na dimensão da percepção/cognição que organiza o pensamento antes da própria linguagem.

Assim, verifica-se que tanto no processo de produção quanto no processo de compreensão textual, a construção dos referentes se dá na interação lingüística entre os interlocutores que inserem por meio das escolhas lingüísticas a percepção que possuem da realidade, concebida pela prática vivenciada socialmente.

Por sua vez, essa interação na qual se constrói o referente torna-se possível por meio da ativação de conhecimentos prévios e partilhados guardados pelos actantes na memória discursiva e que vão configurar o objeto de discurso na medida em que este progride (cf. KOCH, 2003: 79)

Para a compreensão textual deve-se levar em consideração que o enunciador apresenta a configuração do objeto de discurso guardada em sua memória discursiva. No desenvolvimento do discurso, os conhecimentos prévios, ou seja,

aqueles que o falante possuía anterior à interação, serão apresentados de acordo com sua predicação acerca do objeto. A configuração deste, por sua vez, poderá ser alterada, modificada ou ampliada pelos actantes, na medida em que seus conhecimentos prévios e partilhados operam na compreensão.

Se os objetos podem ser modificados, alterados, ou transformados, no decorrer do discurso, estes não são estáticos; e, se por sua vez são construídos e reconstruídos na interação, é evidente que essa construção é dependente do ponto de vista daqueles que o constroem. O ponto de vista está ligado à interpretação humana, assim como a construção do referente está condicionada às seleções lexicais feitas pelos interlocutores e que vão atender aos sucessivos estágios da construção do sentido.

Segundo Turazza (2003:57) "a lexia é o elemento oferecido aos interlocutores de uma língua natural para a detecção de visões de mundo, ideologias, de sistemas de valores." A referenciação é um processo que resulta da escolha do léxico. Existem estratégias que permitem o processo de referenciação, das quais trataremos a seguir:

## **II - Estratégias de referenciação - introdução, manutenção e desfocalização dos objetos no modelo textual**

Dado que na escolha das palavras, construímos um referente, na construção de um modelo textual, a referenciação opera com as seguintes estratégias básicas:

1. **Construção/Ativação** - o referente ou objeto de discurso é introduzido no discurso pela primeira vez, passando a configurar uma representação do objeto tal qual é percebido pelo sujeito.
2. **Reconstrução/Reativação** - o objeto de discurso já mencionado anteriormente é ativado por meio de uma expressão referencial; ao ser reintroduzido na memória discursiva, mantém-se em foco.
3. **Desfocalização/Desativação** - ocorre quando um objeto já introduzido no modelo textual desloca-se dando lugar para outro objeto que se projeta no foco discursivo. O objeto desfocalizado não é retirado definitivamente do modelo textual, pode ser a qualquer momento ativado. "O objeto retirado de foco, contudo, permanece em estado de ativação parcial (stand by), ou seja, ele continua disponível para utilização imediata sempre que necessário". (Koch& Elias, 2006:125-126; Koch, 2006:62; Koch, 2003:83).

Essas estratégias de referenciação possibilitam a inserção, manutenção e base para a tomada de outros referentes no discurso.

Koch (2006) ressalta que são dois tipos de processos de introdução de referentes no discurso:

1. A **ativação não ancorada** respeita à primeira categorização do referente introduzido no discurso, ou seja, a expressão nominal introduzida no texto representa o objeto de discurso totalmente novo.
2. A **ativação ancorada** se dá com a introdução, no texto, de um novo objeto-de-discurso; este nos remete a uma associação ou inferenciação a elementos do contexto ou do contexto sociocognitivo, isto é, "o processamento textual dos sentidos

decorre de ativação e articulação de conhecimentos presentes ou não na materialidade do

texto". Estão entre esses casos as anáforas associativas e indiretas de um modo geral. (Koch, 2006)

Outra forma de introduzir o referente no discurso por ativação ancorada são as nominalizações ou rotulações. São representadas por um sintagma nominal que sumariza ou encapsula uma proposição ou várias proposições que precedem ou sucedem o SN no texto, dessa forma as nominalizações podem ser designadas por "rótulos prospectivos ou retrospectivos". (cf. Koch & Elias, 2006:129).

Quanto às escolhas lingüísticas, os referentes são selecionados de acordo com o sentido que se pretende. Essas seleções respeitam às expressões referenciais tratadas na seqüência.

### **III - Classificação das expressões referenciais**

Cavalcante (2003) apresenta em seu trabalho, uma proposta classificatória para as expressões referenciais. Destacam-se as anáforas com retomada total e sem retomada.

1 - **Anáfora com retomada total** - retomam o significado por meio de repetição ou sinônimo ou pode recategorizar o objeto com uma nova referência que modifica o ponto de vista acerca do objeto. Verifica-se que quanto ao significado, as correferências podem ser de três tipos:

a - **Anáfora correferencial co-significativa** - cabe a recuperação do referente já introduzido no discurso, apenas repetindo a expressão referencial.

b - **Anáfora correferencial recategorizadora** - equivale às recategorizações lexicais quando uma forma referencial é renomeada no discurso modificando o referente conforme intencionado pelo autor. Podem ser dadas por: Hiperônimos, expressões definidas, nome genérico e pronome.

c - **Anáfora não-co-significativa e não-recategorizadora** - é formalizada por pronomes pessoais.

Cavalcante (2003) julga mais adequado não considerar os pronomes pessoais anafóricos, nem recategorizadores, nem co-significativos, uma vez que na Lingüística, sempre se alegou que "as formas pronominais divergiam das formas lexicais pelo seu baixo grau de significação, por sua função mais gramatical do que lexical, por seu traço dêitico representacional". (Cavalcante, 2003: 42).

2 - **Anáforas com retomada parcial dos referentes** - é quando as repetições do antecedente são determinadas por quantificadores. No campo das continuidades referenciais, apontada pelas anáforas que operam com retomada, temos:

- **Anáfora parcial co-significativa** - há repetição do sintagma antecedente, sempre precedido de quantificador ou caracterizador que emite a idéia de parte de um conjunto com demais representantes. Pode ser retomada por: **Sintagma nominal antecedido por quantificador, Indefinido ou numeral e por adjetivo.**

3 - **Anáforas sem retomada** - operam apenas recuperando remissão ao co(n)texto. Estão relacionadas:

a) **A anáfora indireta com recategorização de um novo referente** - continuidades referenciais que se estabelecem sem retomada, mas com remissão a uma âncora co(n)textual, que permite a inferência.

b) **A anáfora indireta com recategorização lexical implícita** - transforma o referente e este é empreendido implicitamente. A referenciação ocorre dentro de um esquema mental que se abre para interpretação do referente implícito.

c) **Anáfora indireta com recategorização lexical** - a âncora co-textual autoriza o emprego de novas anáforas indiretas, recategorizando-a, no entanto essa recategorização oferece modificações e reconstruções no sentido do elemento recategorizado.

d) **A anáfora encapsuladora** - representada pelo emprego de uma ou mais proposições designadas por uma expressão referencial precedente ou prospectiva. A expressão referencial utilizada pode ser dada por um sintagma nominal ou *rótulo* ou por pronome demonstrativo. O encapsulamento recupera do co(n)texto (sem retomar).

### **III- Os sistemas de conhecimento e sua contribuição para o processamento estratégico das informações**

Koch (2006), com base nos estudos realizados por Heinemann & Viehweger, postula que para o processamento textual, afluem sete sistemas de conhecimento, que devem ser considerados no momento da leitura e que concorrem para a compreensão textual, a saber:

1. **Conhecimento lingüístico** aborda os conhecimentos gramatical e lexical.

2. **Conhecimento enciclopédico**, semântico ou conhecimento de mundo é aquele que se constitui pelas experiências pessoais e sociais do indivíduo, armazenados nas memórias episódica e semântica.

3. **Conhecimento interacional** construído nas relações sociais.

4. **Conhecimento ilocucional** respeita aos atos de fala, que condicionam os objetivos da comunicação concretizados pelas enunciações.

5. **Conhecimento comunicacional responde pela aplicação das regras comunicativas que permitem ao leitor, numa situação concreta de comunicação perceber quais os objetivos do autor ao construir o texto.**

6. **Conhecimento metaenunciativo se refere às ações lingüísticas que visam à aceitação do texto pelo leitor e as possíveis dificuldades de compreensão do texto.**

7. **Conhecimentos sobre estruturas e modelos textuais globais (gêneros textuais).**

Por conseguinte, apreende-se que em sala de aula, os velhos ensinamentos pertinentes ao aprimoramento dos conhecimentos das regras gramaticais da língua não dão conta da complexidade envolvida no processamento do texto. Os

conhecimentos lingüísticos são inerentes ao processo, uma vez que trata do ensino de língua e esta está estruturada no código, mas há de se levar em consideração não só as características

lingüísticas, como também as características textuais, e as características dos usuários da língua.

Assim, se os falantes processam o texto de forma estratégica, realizando etapas em sua interpretação, ao considerar o aspecto do processamento textual, o texto é a base para a realização das estratégias cognitivas por parte dos interlocutores. Estes realizam inferências que permitem gerar novas informações visto que apenas uma parte delas está contida no texto, as demais permanecem implícitas e só podem ser ativadas pelo leitor por meio de estratégias cognitivas a partir das informações veiculadas pelo texto e autorizadas pelo contexto.

Se por um lado, o texto é a base para a realização de estratégias cognitivas, por outro, há que se considerar o contexto sociocognitivo, uma vez que nem todas as informações estejam explícitas nele e tenham que ser consideradas a partir de inferências permitidas pelo texto e emergentes do contexto sociocognitivo.

O contexto mobiliza todos os conhecimentos de que dispõem os interactantes, quer de natureza lingüística, textual, interacional ou sociocognitiva para que a interpretação do texto se realize.

Para Van Dijk (2004), não apenas o pressuposto contextual, como também o pressuposto de funcionalidade e o pragmático respondem pela compreensão do texto.

O pressuposto de funcionalidade é a construção da representação não só do texto, mas do contexto social. Ao receber a informação, o leitor não só constrói mentalmente a sua representação como também combina esta interpretação com a representação pretendida pelo autor (pressuposto pragmático).

É claro que o leitor não necessariamente seja o interlocutor passivo que acata as proposições do autor. Isso implica que a representação do discurso dependerá dos pressupostos do leitor sobre os pressupostos (objetivos) e outras motivações determinados pelo autor.

Cabe dizer que a interpretação não está condicionada apenas á representação feita pelo leitor ou pela intenção do autor, mas também pela situação social configurada pelos papéis dos participantes envolvidos no processo comunicativo e pelos conhecimentos que estes dispõem.

#### **IV - Análise do Corpus**

O artigo de opinião intitulado "Devo, não nego, prorrogo o quanto puder"<sup>2</sup>, será analisado com base nos pressupostos teóricos tratados anteriormente, serão considerados para a análise do corpus os seguintes aspectos: 1 - a classificação das expressões referenciais com base em Cavalcante (2003) enfatizando o segundo grupo das continuidades referenciais. Analisam-se as anáforas com retomadas total e as anáforas sem retomadas. 2 - Os pressupostos contextuais, pragmáticos e de funcionalidade conforme Van Dijk(2004). Inicia-se pela análise segundo o item 1: a) Pressuposto Contextual: O autor faz menção a um processo que tramita há vários anos na justiça e que concede a milhares de brasileiros, em decisão judicial definitiva o direito de receber do Estado o que o que lhes é devido. Para se desvencilhar do pagamento imediato da dívida aprova-se no Senado a PEC 12/06,

emenda constitucional que altera a sistemática de pagamento dos precatórios.  
b) Pressuposto pragmático: Considera-se a autoria e o meio onde circulará o texto.

2 PIRES, Mozart Valadares. Devo, não nego, pago quando puder. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 18 abr. 2009, p. A3. - ANEXO 2

c) Pressuposto de funcionalidade: O Poder Judiciário é responsável pela manutenção e cumprimento das leis e não deve permitir a violação dos direitos e garantias individuais dos credores.

Quanto à classificação das expressões referenciais que privilegia a análise das anáforas com retomada parcial e sem retomada, previstas no item 2, é possível encontrar alguns exemplos no texto:

Devo não nego, prorrogo enquanto puder

1 - Imagine que você, caro leitor, tenha algum dinheiro a receber. Esse crédito lhe é reconhecido por meio de uma decisão judicial definitiva, constituindo o que em direito se chama algo líquido, certo e exigível. Portanto, basta que você chame seu devedor, por meio de uma execução, a arcar com a responsabilidade que a ele cabe e fim de história. Certo?

A resposta é: mais ou menos. Isso porque, quando o devedor é o poder público (seja a União, sejam os Estados, sejam os municípios), a história não é bem assim. Aliás, ela é muito mais complicada, para não dizer triste e injusta.

2 - Quando quem deve é o Estado, atento leitor, o seu crédito, chamado precatório, entra no final de uma enorme fila, organizada por ordem cronológica, para que só então lhe seja providenciado um futuro e incerto pagamento. Salvo raríssimas exceções, sabe-se lá quando você ou os seus herdeiros, mesmo após anos e anos de contenda judicial, verão a cor desse dinheiro.

E essa situação, em que o Estado é quem deve, é extremamente comum e aflige milhares de brasileiros. São aposentados, pensionistas, empresas, servidores públicos ou cidadãos que, de alguma forma, foram vitimados ou lesados pelo poder público ou por seus agentes, mas que se vêem de mãos atadas por não encontrarem meios jurídicos efetivos para garantir aquilo que lhes é reconhecidamente devido por sentença judicial.

O Poder Legislativo poderia ter dado um basta nesse perverso e desrespeitoso sistema de pagamento de débitos pelo poder público. Poderia, mas não o fez. É que, ao cair da noite do último dia 1º de abril, o Senado aprovou a proposta de emenda constitucional nº 12/06 e contribuiu para sacramentar mais uma dificuldade imposta ao cidadão comum que é credor do Estado. E, bem ao contrário do que a data de aprovação possa sugerir tal ato não se tratou de um chiste.

Ao longo de um único dia, o Senado, em notório e louvável excesso laborioso, convocou nada menos do que três sessões extraordinárias consecutivas para que os prazos regimentais fossem formalmente cumpridos e aprovou a famigerada "PEC do calote", que é como tem sido chamada essa inovação legislativa. Lamentavelmente a repentina aprovação de um projeto que tramitou naquela Casa durante mais de três anos não refletiu nenhum ganho para a sociedade.

3 - A aprovação da PEC nº 12/06 traz injusto descrédito à imagem do Poder Judiciário, uma vez que limita a eficácia das decisões judiciais e consagra o famoso

adágio "ganhei mais não levei". Além disso, interfere na autonomia e na independência que devem pautar a coexistência entre os Poderes da República, porque a mesma mão estatal que, por lado, condena, por outro, está a isentar o devedor da sua obrigação de imediato pagamento. Ela institucionaliza o calote de dívida pública e o que é pior, submete a parte mais fraca, que é o credor a um constrangedor "leilão" de sua dívida, em que é o próprio poder público inadimplente quem oferece o lance de quanto e como quer pagar.

O Judiciário, mais uma vez, se vê na berlinda por uma situação a que não deu causa. Isso porque, aos olhos do cidadão comum pode parecer que a demora do pagamento se deve a algumas das limitações, por vezes tão evidentes, que afligem esse Poder.

Entretanto, desta feita, é necessário esclarecer que a responsabilidade única e exclusiva para o pagamento de precatórios cabe ao Poder Executivo, que é quem administra as finanças estatais em seus diferentes níveis e detém a chave do cofre. Responsabilidade agora compartilhada com o Poder Legislativo, ao aprovar proposta com tal conteúdo.

Na semana em que os representantes dos três Poderes assinaram em Brasília o segundo pacto republicano de Estado por um sistema de Justiça mais acessível, ágil e efetivo, o Senado deu sua contribuição em sentido diametralmente oposto.

A PEC segue, agora, para o crivo da Câmara dos Deputados, onde depositamos nossa profunda confiança de que o grave e imoral erro do calote público será contornado.

No trecho 1 - encontram-se as seguintes ocorrências anafóricas:

a) Anáfora correferencial total co - significativa: *dinheiro a receber - esse crédito*, pois o referente dinheiro a receber é retomado por uma expressão sinônima. Neste caso a expressão sinônima *esse crédito*.

b) Anáfora não co significativa e não recategorizadora *seu devedor - ele é* formalizada pelo emprego do pronome pessoal *ele* que retoma o referente *seu devedor*, sem, no entanto, recategorizá-lo. Nesse trecho observa-se a modificação/tranformação do referente, de acordo com a intencionalidade do autor:

No trecho 2 verifica-se as seguintes ocorrências:

a) Anáforas correferenciais recategorizadoras: *seu crédito - precatório - futuro e incerto pagamento - desse dinheiro*.

O termo *precatório* é utilizado para recategorizar o referente *seu crédito*. O sentido da primeira categorização (socialmente estabelecido) sofre alteração/modificação para o termo *precatório* que é na sequência retomado por outro que busca a extensão do referente (re)nomeando - o para *futuro e incerto pagamento*. Aqui, a referência é adequada aos objetivos comunicacionais do autor de conscientizar o leitor de que o precatório não é crédito, uma vez que o seu pagamento pelo governo não tem uma data precisa.

A expressão *desse dinheiro* constitui uma nova recategorização de *futuro e incerto pagamento*, pois responde às sucessivas modificações dos

referentes e estabelece uma nova categoria para o dinheiro que se tem a receber, mas que, convenientemente, não é crédito.

No trecho 3:

a) Anáfora indireta com recategorização lexical: PEC nº 12/06 - mão estatal, ao conhecer o conteúdo da PEC nº 12/06 já discutido pelo autor, o leitor pode inferir que esta lei funciona como a mão do Estado, uma vez que ela condena os credores e isenta o devedor de cumprir com as suas obrigações.

b) Anáfora não co significativa e não recategorizadora: o pronome ela retoma os referentes PEC e mão estatal.

c) Anáfora indireta com categorização de um novo referente: leilão - lance. O referente lance é parte da âncora leilão, esses termos podem ser associados.

## **V - Considerações Finais**

Observa-se que a compreensão das estratégias textuais de referenciação é essencial para a interpretação do texto, uma vez que esse processo estabelece uma ligação com os processos cognitivos fundados na escritura do texto. Assim, o processo de leitura é responsável pela decifração tanto das estratégias textuais quanto das estratégias cognitivas que constituem o sentido do texto.

Por conseguinte, na seleção do léxico, empreendido pelas escolhas das expressões referenciais constrói-se o objeto do discurso. Esse objeto sofre alterações de acordo com o ponto de vista, ou seja, ele pode ser introduzido no discurso de uma forma e ser modificado para outra que atenda o propósito comunicativo.

Dessa forma, torna-se claro que não apenas os aspectos lingüísticos, mas o conhecimento de estratégias textuais discursivas e cognitivas é responsável pela leitura e compreensão do texto.

Os resultados aqui explanados são apenas parciais, fruto de uma pesquisa que não busca a exaustão do assunto, mas, uma pequena contribuição para o estudo do processo de compreensão do texto.

## **VI - Bibliografia**

BLIKSTEIN, I. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. 9 ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2003.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Expressões referenciais: uma proposta classificatória. *Cadernos de estudos lingüísticos*. Campinas: UNICAMP, 2003.

KOCH, Ingedore G. Villaça & ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

TURAZZA, Jeni Silva. *Léxico e criatividade*. Londrina. AnnaBlume, 2003.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Cognição, discurso e interação*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Caminhos da Lingüística)

PIRES, Mozart Valadares. Devo, não nego, pago quando puder. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 18 abr. 2009, p. A3

## A PROGRESSÃO REFERENCIAL – MARCAS DO PROCESSO COGNITIVO NO ARTIGO DE OPINIÃO

(Luciene Euzébio de Carvalho)<sup>1</sup>

**RESUMO:** *O presente artigo tem o propósito de abordar a concepção da progressão referencial, com vistas a apontar aspectos que se sobressaem nas estratégias discursivas da progressão referencial constituídas a partir da (re)construção, modificação ou expansão do objeto de discurso à medida em que este progride e seu funcionamento e finalidade dentro do texto artigo de opinião. Para esse propósito verificam-se as marcas cognitivas e estudam-se as anáforas e seu papel na construção do sentido do texto a partir da análise de um exemplo. Este estudo constitui um quadro teórico metodológico baseado nas Linguísticas Textual e Cognitiva, na Análise do Discurso e na Lexicologia.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *cognição, progressão referencial, anáforas.*

### Considerações Iniciais

O Estruturalismo, certamente, colaborou para os avanços dos estudos lingüísticos. Por outro lado concebeu a língua como um sistema limitado a estruturas responsáveis pela codificação e decodificação de signos. Nessa perspectiva, a compreensão pode ser alcançada por qualquer leitor conhecedor do código, sem considerar a intenção do autor ou a consciência do leitor, apenas a submissão ao sistema de regras.

Embora os processos lingüísticos sejam indispensáveis para a compreensão textual, no processamento das informações aprecia-se não apenas a língua estruturada no código, mas também as características textuais que incorporam noções de estratégias discursivas e conjecturas que abarcam o uso da língua em diferentes situações sociais ressaltando-se os aspectos cognitivos, pragmáticos, interacionais, culturais e ideológicos.

A organização e a aplicação do conhecimento na compreensão do discurso têm proporcionado uma constante inquietação para estudiosos do texto, além de propor desafios para os professores em exercício. Isso explica o

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Estudos Pós-graduados de Língua Portuguesa na PUC – SP.

surgimento de inúmeras teorias que buscam elucidar a questão e auxiliar no processo de ensino/aprendizagem da leitura.

Estudos já afirmam que estabelecer significado entre palavras e sentenças numa seqüência textual não é suficiente para que o aluno/leitor se aproprie da competência leitora e se torne proficiente em processar/compreender textos. A compreensão não está condicionada apenas pelas relações conceituais, mas pelas relações referenciais que estabelecem paridade com os processos mentais em que atuam os interactantes acerca do processamento do discurso orientado por proposições que explicitam o marco das cognições sociais.

Com base nestas informações, o presente trabalho constitui um quadro teórico metodológico com base nas Lingüísticas Textual e Cognitiva, na Análise do Discurso e na Lexicologia e procura incorporar avanços nos estudos destas disciplinas para apontar aspectos que se sobressaem nas estratégias discursivas da progressão referencial constituídas a partir da (re)construção, modificação ou expansão do objeto de discurso à medida em que este progride. Destaca-se a discursivização do gênero artigo de opinião, no qual se observa a produção de efeitos de sentido propiciados pela seleção do léxico, cuja implicação está administrada por estruturas cognitivas.

Ora, se o léxico é administrado por estruturas cognitivas que condicionam as escolhas lingüísticas, de que maneira a progressão referencial (re)constrói, modifica ou expande o objeto de discurso no texto? Vejamos como responder a esse problema de pesquisa.

## **I – As escolhas lingüísticas e a configuração do objeto de discurso**

Segundo Blikstein (2004), o referente está diretamente ligado à significação lingüística, embora não seja a realidade, ele a representa extralingüisticamente, ou seja, o referente ou objeto de discurso é

compreendido na dimensão da percepção/cognição que organiza o pensamento antes da própria linguagem.

Assim, verifica-se que tanto no processo de produção quanto no processo de compreensão textual, a construção dos referentes se dá na interação lingüística entre os interlocutores que inserem por meio das escolhas lingüísticas a percepção que possuem da realidade, concebida pela prática vivenciada socialmente.

Por sua vez, essa interação na qual se constrói o referente torna-se possível por meio da ativação de conhecimentos prévios e partilhados guardados pelos actantes na memória discursiva e que vão configurar o objeto de discurso na medida em que este progride (cf. KOCH, 2003:79)

Para a compreensão textual deve-se levar em consideração que o enunciador apresenta a configuração do objeto de discurso guardada em sua memória discursiva. No desenvolvimento do discurso, os conhecimentos prévios, ou seja, aqueles que o falante possuía anterior à interação, serão apresentados de acordo com sua predicação acerca do objeto. A configuração deste, por sua vez, poderá ser alterada, modificada ou ampliada pelos actantes, na medida em que seus conhecimentos prévios e partilhados operam na compreensão.

Se os objetos podem ser modificados, alterados, ou transformados, no decorrer do discurso, estes não são estáticos; e, se por sua vez são construídos e reconstruídos na interação, é evidente que essa construção é dependente do ponto de vista daqueles que o constroem. O ponto de vista está ligado à interpretação humana, assim como a construção do referente está condicionada às seleções lexicais feitas pelos interlocutores e que vão atender aos sucessivos estágios da construção do sentido.

Segundo Turazza (2003:57) "a lexia é o elemento oferecido aos interlocutores de uma língua natural para a detecção de visões de mundo, ideologias, de sistemas de valores." A referenciação é um processo que resulta da escolha do léxico. Existem estratégias que permitem o processo de referenciação, das quais trataremos a seguir:

## II – Estratégias de referenciação – introdução, manutenção e desfocalização dos objetos no modelo textual

Dado que na escolha das palavras, construímos um referente, na construção de um modelo textual, a referenciação opera com as seguintes estratégias básicas:

1. **Construção/Ativação** - o referente ou objeto de discurso é introduzido no discurso pela primeira vez, passando a configurar uma representação do objeto tal qual é percebido pelo sujeito.

2. **Reconstrução/Reativação** - o objeto de discurso já mencionado anteriormente é ativado por meio de uma expressão referencial; ao ser reintroduzido na memória discursiva, mantém-se em foco.

3. **Desfocalização/Desativação** - ocorre quando um objeto já introduzido no modelo textual desloca-se dando lugar para outro objeto que se projeta no foco discursivo. O objeto desfocalizado não é retirado definitivamente do modelo textual, pode ser a qualquer momento ativado. “O objeto retirado de foco, contudo, permanece em estado de ativação parcial (stand by), ou seja, ele continua disponível para utilização imediata sempre que necessário”. (Koch& Elias, 2006:125-126; Koch, 2006:62; Koch, 2003:83).

Essas estratégias de referenciação possibilitam a inserção, manutenção e base para a tomada de outros referentes no discurso.

Koch (2006) ressalta que são dois tipos de processos de introdução de referentes no discurso:

1. A **ativação não ancorada** respeita à primeira categorização do referente introduzido no discurso, ou seja, a expressão nominal introduzida no texto representa o objeto de discurso totalmente novo.
2. A **ativação ancorada** se dá com a introdução, no texto, de um novo objeto-de-discurso; este nos remete a uma associação ou inferenciação a elementos do co-texto ou do contexto sociocognitivo, isto é, “o processamento textual dos sentidos decorre de ativação e articulação de conhecimentos presentes ou não na materialidade do

texto”. Estão entre esses casos as anáforas associativas e indiretas de um modo geral. (Koch, 2006)

Outra forma de introduzir o referente no discurso por ativação ancorada são as nominalizações ou rotulações. São representadas por um sintagma nominal que sumariza ou encapsula uma proposição ou várias proposições que precedem ou sucedem o SN no texto, dessa forma as nominalizações podem ser designadas por “rótulos prospectivos ou retrospectivos”. (cf. Koch & Elias, 2006:129).

Quanto às escolhas lingüísticas, os referentes são selecionados de acordo com o sentido que se pretende. Essas seleções respeitam às expressões referenciais tratadas na seqüência.

### **III - Classificação das expressões referenciais**

Cavalcante (2003) apresenta em seu trabalho, uma proposta classificatória para as expressões referenciais. Destacam-se as anáforas com retomada total e sem retomada.

**1 - Anáfora com retomada total** - retomam o significado por meio de repetição ou sinônimo ou pode recategorizar o objeto com uma nova referência que modifica o ponto de vista acerca do objeto. Verifica-se que quanto ao significado, as correferências podem ser de três tipos:

a - **Anáfora correferencial co-significativa** - cabe a recuperação do referente já introduzido no discurso, apenas repetindo a expressão referencial.

b - **Anáfora correferencial recategorizadora** - equivale às recategorizações lexicais quando uma forma referencial é renomeada no discurso modificando o referente conforme intencionado pelo autor. Podem ser dadas por: Hiperônimos, expressões definidas, nome genérico e pronome.

c - **Anáfora não-co-significativa e não-recategorizadora** – é formalizada por pronomes pessoais.

Cavalcante (2003) julga mais adequado não considerar os pronomes pessoais anafóricos, nem recategorizadores, nem co-significativos, uma vez que na Linguística, sempre se alegou que “as formas pronominais divergiam das formas lexicais pelo seu baixo grau de significação, por sua função mais gramatical do que lexical, por seu traço dêitico representacional”. (Cavalcante, 2003: 42).

**2 - Anáforas com retomada parcial dos referentes** – é quando as repetições do antecedente são determinadas por quantificadores. No campo das continuidades referenciais, apontada pelas anáforas que operam com retomada, temos:

- **Anáfora parcial co-significativa** - há repetição do sintagma antecedente, sempre precedido de quantificador ou caracterizador que emite a idéia de parte de um conjunto com demais representantes. Pode ser retomada por: Sintagma nominal antecedido por quantificador, Indefinido ou numeral e por adjetivo.

**3 - Anáforas sem retomada** - operam apenas recuperando remissão ao co(n)texto. Estão relacionadas:

a) **A anáfora indireta com recategorização de um novo referente** – continuidades referenciais que se estabelecem sem retomada, mas com remissão a uma âncora co(n)textual, que permite a inferência.

b) **A anáfora indireta com recategorização lexical implícita** - transforma o referente e este é empreendido implicitamente. A referenciação ocorre dentro de um esquema mental que se abre para interpretação do referente implícito.

c) **Anáfora indireta com recategorização lexical** - a âncora co-textual autoriza o emprego de novas anáforas indiretas, recategorizando-a, no entanto essa recategorização oferece modificações e reconstruções no sentido do elemento recategorizado.

d) **A anáfora encapsuladora** - representada pelo emprego de uma ou mais proposições designadas por uma expressão referencial precedente ou prospectiva. A expressão referencial utilizada pode ser dada por um sintagma nominal ou *rótulo* ou por pronome demonstrativo. O encapsulamento recupera do co(n)texto (sem retomar).

### **III- Os sistemas de conhecimento e sua contribuição para o processamento estratégico das informações**

Koch (2006), com base nos estudos realizados por Heinemann & Viehweger, postula que para o processamento textual, afluem sete sistemas de conhecimento, que devem ser considerados no momento da leitura e que concorrem para a compreensão textual, a saber:

1. **Conhecimento lingüístico** aborda os conhecimentos gramatical e lexical.
2. **Conhecimento enciclopédico**, semântico ou conhecimento de mundo é aquele que se constitui pelas experiências pessoais e sociais do indivíduo, armazenados nas memórias episódica e semântica.
3. **Conhecimento interacional** construído nas relações sociais.
4. **Conhecimento ilocucional** respeita aos atos de fala, que condicionam os objetivos da comunicação concretizados pelas enunciações.
5. **Conhecimento comunicacional** responde pela aplicação das regras comunicativas que permitem ao leitor, numa situação concreta de comunicação perceber quais os objetivos do autor ao construir o texto.
6. **Conhecimento metaenunciativo** se refere às ações lingüísticas que visam à aceitação do texto pelo leitor e as possíveis dificuldades de compreensão do texto.
7. **Conhecimentos sobre estruturas e modelos textuais globais** (gêneros textuais).

Por conseguinte, apreende-se que em sala de aula, os velhos ensinamentos pertinentes ao aprimoramento dos conhecimentos das regras gramaticais da língua não dão conta da complexidade envolvida no processamento do texto. Os conhecimentos lingüísticos são inerentes ao processo, uma vez que trata do ensino de língua e esta está estruturada no código, mas há de se levar em consideração não só as características

lingüísticas, como também as características textuais, e as características dos usuários da língua.

Assim, se os falantes processam o texto de forma estratégica, realizando etapas em sua interpretação. Ao considerar o aspecto do processamento textual, o texto é a base para a realização das estratégias cognitivas por parte dos interlocutores. Estes realizam inferências que permitem gerar novas informações visto que apenas uma parte delas está contida no texto, as demais permanecem implícitas e só podem ser ativadas pelo leitor por meio de estratégias cognitivas a partir das informações veiculadas pelo texto e autorizadas pelo contexto.

Se por um lado, o texto seja a base para a realização de estratégias cognitivas, por outro, há que se considerar o contexto sociocognitivo, uma vez que nem todas as informações estejam explícitas nele e tenham que ser consideradas a partir de inferências permitidas pelo texto e emergentes do contexto sociocognitivo.

O contexto mobiliza todos os conhecimentos de que dispõem os interactantes, quer de natureza lingüística, textual, interacional ou sociocognitiva para que a interpretação do texto se realize.

Para Van Dijk (2004), não apenas o pressuposto contextual, como também o pressuposto de funcionalidade e o pragmático respondem pela compreensão do texto.

O pressuposto de funcionalidade é a construção da representação não só do texto, mas do contexto social. Ao receber a informação, o leitor não só constrói mentalmente a sua representação como também combina esta interpretação com a representação pretendida pelo autor (pressuposto pragmático).

É claro que o leitor não necessariamente seja o interlocutor passivo que acata as proposições do autor. Isso implica que a representação do discurso dependerá dos pressupostos do leitor sobre os pressupostos (objetivos) e outras motivações determinados pelo autor.

Cabe dizer que a interpretação não está condicionada apenas á representação feita pelo leitor ou pela intenção do autor, mas também pela situação social configurada pelos papéis dos participantes envolvidos no processo comunicativo e pelos conhecimentos que estes dispõem.

#### **IV – Análise do Corpus**

O artigo de opinião intitulado “Devo, não nego, prorrogo o quanto puder”<sup>2</sup>, será analisado com base nos pressupostos teóricos tratados anteriormente, serão considerados para a análise do corpus os seguintes aspectos:

1 - a classificação das expressões referenciais com base em Cavalcante (2003) enfatizando o segundo grupo das continuidades referenciais. Analisam-se as anáforas com retomadas total e as anáforas sem retomadas.

2 – Os pressupostos contextuais, pragmáticos e de funcionalidade conforme Van Dijk(2004).

Inicia-se pela análise segundo o item 1:

a)Pressuposto Contextual: O autor faz menção a um processo que tramita há vários anos na justiça e que concede a milhares de brasileiros, em decisão judicial definitiva o direito de receber do Estado o que o que lhes é devido. Para se desvencilhar do pagamento imediato da dívida aprova-se no Senado a PEC 12/06, emenda constitucional que altera a sistemática de pagamento dos precatórios.

b)Pressuposto pragmático: Considera-se a autoria e o meio onde circulará o texto.

---

<sup>2</sup> PIRES, Mozart Valadares. Devo, não nego, pago quando puder. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 18 abr. 2009, p. A3. – ANEXO 2

c) Pressuposto de funcionalidade: O Poder Judiciário é responsável pela manutenção e cumprimento das leis e não deve permitir a violação dos direitos e garantias individuais dos credores.

Quanto à classificação das expressões referenciais que privilegia a análise das anáforas com retomada parcial e sem retomada, previstas no item 2, é possível encontrar alguns exemplos no texto:

Devo não nego, prorrogo enquanto puder

1 – Imagine que você, caro leitor, tenha algum dinheiro a receber. Esse crédito lhe é reconhecido por meio de uma decisão judicial definitiva, constituindo que em direito se chama algo líquido, certo e exigível. Portanto, basta que você chame seu devedor, por meio de uma execução, a arcar com a responsabilidade que a ele cabe e fim de história. Certo?

A resposta é: mais ou menos. Isso porque, quando o devedor é o poder público (seja a União, sejam os Estados, sejam os municípios), a história é bem assim. Aliás, ela é muito mais complicada, para não dizer triste e injusta.

2 - Quando quem deve é o Estado, atento leitor, o seu crédito, chamado precatório, entra no final de uma enorme fila, organizada por ordem cronológica, para que só então lhe seja providenciado um futuro e incerto pagamento. Salvo raríssimas exceções, sabe-se lá quando você ou os seus herdeiros, mesmo após anos e anos de contenda judicial, verão a cor desse dinheiro.

E essa situação, em que o Estado é quem deve, é extremamente comum e aflige milhares de brasileiros. São aposentados, pensionistas, empresas, servidores públicos ou cidadãos que, de alguma forma, foram vitimados ou lesados pelo poder público ou por seus agentes, mas que se vêem de mãos atadas por não encontrarem meios jurídicos efetivos para garantir aquilo que lhes é reconhecidamente devido por sentença judicial.

O Poder Legislativo poderia ter dado um basta nesse perverso e desrespeitoso sistema de pagamento de débitos pelo poder público. Poderia, mas não o fez. É que, ao cair da noite do último dia 1º de abril, o Senado aprovou a proposta de emenda constitucional nº 12/06 e contribuiu para sacramentar mais uma dificuldade imposta ao cidadão comum que é credor do Estado. E, bem ao contrário do que a data de aprovação possa sugerir tal ato não se tratou de um chiste.

Ao longo de um único dia, o Senado, em notório e louvável excesso laborioso, convocou nada menos do que três sessões extraordinárias consecutivas para que os prazos regimentais fossem formalmente cumpridos e aprovou a famigerada “PEC do calote”, que é como tem sido chamada essa inovação legislativa. Lamentavelmente a repentina aprovação de um projeto que tramitou naquela Casa durante mais de três anos não refletiu nenhum ganho para a sociedade.

3 - A aprovação da PEC nº 12/06 traz injusto descrédito à imagem do Poder Judiciário, uma vez que limita a eficácia das decisões judiciais e consagra o famoso adágio “ganhei mais não levei”. Além disso, interfere na autonomia e na independência que devem pautar a coexistência entre os Poderes da República, porque a mesma mão estatal que, por lado, condena, por outro, está a isentar o devedor da sua obrigação de imediato pagamento. Ela institucionaliza o calote de dívida pública e o que é pior, submete a parte mais fraca, que é o credor a um constrangedor “leilão” de sua dívida, em que é o próprio poder público inadimplente quem oferece o lance de quanto e como quer pagar.

O Judiciário, mais uma vez, se vê na berlinda por uma situação a que não deu causa. Isso porque, aos olhos do cidadão comum pode parecer que a demora do pagamento se deve a algumas das limitações, por vezes tão evidentes, que afligem esse Poder.

Entretanto, desta feita, é necessário esclarecer que a responsabilidade única e exclusiva para o pagamento de precatórios cabe ao Poder Executivo, que é quem administra as finanças estatais em seus diferentes níveis e detém a chave do cofre. Responsabilidade agora compartilhada com o Poder Legislativo, ao aprovar proposta com tal conteúdo.

Na semana em que os representantes dos três Poderes assinaram em Brasília o segundo pacto republicano de Estado por um sistema de Justiça mais acessível, ágil e efetivo, o Senado deu sua contribuição em sentido diametralmente oposto.

A PEC segue, agora, para o crivo da Câmara dos Deputados, onde depositamos nossa profunda confiança de que o grave e imoral erro do calote público será contornado.

No trecho 1 – encontram-se as seguintes ocorrências anafóricas:

a) Anáfora correferencial total co – significativa: *dinheiro a receber* – esse *crédito*, pois o referente dinheiro a receber é retomado por uma expressão sinônima. Neste caso a expressão sinônima *esse crédito*.

b) Anáfora não co significativa e não recategorizadora *seu devedor* – *ele* é formalizada pelo emprego do pronome pessoal *ele* que retoma o referente *seu devedor*, sem, no entanto, recategorizá-lo. Nesse trecho observa-se a modificação/tranformação do referente, de acordo com a intencionalidade do autor:

No trecho 2 verifica-se as seguintes ocorrências:

a) Anáforas correferenciais recategorizadoras: *seu crédito* – *precatório* – *futuro e incerto pagamento* – *desse dinheiro*.

O termo *precatório* é utilizado para recategorizar o referente *seu crédito*. O sentido da primeira categorização (socialmente estabelecido) sofre alteração/modificação para o termo *precatório* que é na sequência retomado por outro que busca a extensão do referente (re)nomeando – o para *futuro e incerto pagamento*. Aqui, a referência é adequada aos objetivos comunicacionais do autor de conscientizar o leitor de que o precatório não é crédito, uma vez que o seu pagamento pelo governo não tem uma data precisa.

A expressão *desse dinheiro* constitui uma nova recategorização de *futuro e incerto pagamento*, pois responde às sucessivas modificações dos

referentes e estabelece uma nova categoria para o dinheiro que se tem a receber, mas que, convenientemente, não é crédito.

No trecho 3:

a) Anáfora indireta com recategorização lexical: PEC nº 12/06 – mão estatal, ao conhecer o conteúdo da PEC nº 12/06 já discutido pelo autor, o leitor pode inferir que esta lei funciona como a mão do Estado, uma vez que ela condena os credores e isenta o devedor de cumprir com as suas obrigações.

b) Anáfora não co significativa e não recategorizadora: o pronome ela retoma os referentes PEC e mão estatal.

c) Anáfora indireta com categorização de um novo referente: leilão – lance. O referente lance é parte da âncora leilão, esses termos podem ser associados.

## **V - Considerações Finais**

Observa-se que a compreensão das estratégias textuais de referenciação é essencial para a interpretação do texto, uma vez que esse processo estabelece uma ligação com os processos cognitivos fundados na escritura do texto. Assim, o processo de leitura é responsável pela decifração tanto das estratégias textuais quanto das estratégias cognitivas que constituem o sentido do texto.

Por conseguinte, na seleção do léxico, empreendido pelas escolhas das expressões referenciais constrói-se o objeto do discurso. Esse objeto sofre alterações de acordo com o ponto de vista, ou seja, ele pode ser introduzido no discurso de uma forma e ser modificado para outra que atenda o propósito comunicativo.

Dessa forma, torna-se claro que não apenas os aspectos lingüísticos, mas o conhecimento de estratégias textuais discursivas e cognitivas é responsável pela leitura e compreensão do texto.

Os resultados aqui explanados são apenas parciais, fruto de uma pesquisa que não busca a exaustão do assunto, mas, uma pequena contribuição para o estudo do processo de compreensão do texto.

## **VI - Bibliografia**

BLIKSTEIN, I. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. 9 ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2003.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Expressões referenciais: uma proposta classificatória. *Cadernos de estudos lingüísticos*. Campinas: UNICAMP, 2003.

KOCH, Ingedore G. Villaça & ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

TURAZZA, Jeni Silva. *Léxico e criatividade*. Londrina. AnnaBlume, 2003.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Cognição, discurso e interação*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Caminhos da Lingüística)

PIRES, Mozart Valadares. Devo, não nego, pago quando puder. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 18 abr. 2009, p. A3

